

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 21-5-2020.

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.582/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e quatorze minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Comandante Nádia, Dr. Goulart, Karen Santos e Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Mônica Leal, Cláudio Janta, Cassio Trogildo, Márcio Bins Ely, Aldacir Oliboni, Ricardo Gomes e Prof. Alex Fraga. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mendes Ribeiro, Cláudia Araújo e Engº Comassetto. Às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Abriremos oficialmente os trabalhos. Solicito ao Diretor Legislativo a chamada dos vereadores conectados.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente. Vamos passar à chamada para a 13ª Sessão Extraordinária. (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, com 28 vereadores presentes, há quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h14min: Há quórum.

Com o quórum garantido de 28 vereadores, esclareço que os oito vereadores que ainda não se conectaram poderão fazê-lo ao longo dos trabalhos, como eventualmente vem sendo realizado. Provavelmente, algumas situações de problemas técnicos tenham feito com que mais vereadores não tenham manifestado a sua integração ao nosso processo. Voltamos ao que havíamos iniciado. Nós recebemos uma relação de sete projetos, por ordem, acredito, de ingresso na Casa, com condições de serem votados. Nenhum deles está priorizado. O Ver. Ferronato, em princípio, levantou uma proposta, que fosse constituída uma lista, tida como priorizada, e que nós começássemos, de imediato, a votar, desde o primeiro projeto, e fôssemos votando o que desse para votar no dia de hoje. São sete projetos, certamente alguns deles poderão

ensejar uma discussão maior ou menor, mas são aqueles que estão em condições de serem votados. Sobre a concordância, é ao colégio de líderes que cabem essas soluções de elaborar a proposta, mas como não houve tempo para que isso ocorresse, o plenário, na sua soberania, pode decidir, oficializando essa lista... Luiz Afonso, queres te manifestar?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Por favor, Presidente. Hoje, pela manhã, encaminhei essa lista a todos os vereadores solicitando que aqueles que quisessem ver os seus projetos priorizados, se manifestassem. Não recebemos, até o início da sessão, nenhum pedido de priorização, mas, de fato, todos estavam cientes de que poderiam pedir a priorização. Não sei se seria razoável colocar...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em verdade, eu já tinha, anteriormente, ouvido do nosso diretor legislativo essa informação, que essa lista dos projetos já tinha sido encaminhada durante a manhã e que, provavelmente, já tinha conhecimento dos vereadores que já estão conectados.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, só para auxiliar os trabalhos, segue essa linha, se for votar, ele continua; se não for votar, o proponente retira e vai passando para o outro. Para nós termos uma linha, porque nós estamos demorando muito.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): É uma sugestão válida. Ouviremos os demais colegas que querem se manifestar sobre o assunto.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas; na verdade tem um dos meus projetos, que é sobre a reabertura parcial das escolas infantis privadas, que eu gostaria de solicitar que entrasse na priorização, se fosse possível, da próxima quinta-feira, porque nós temos uma manifestação junto à Prefeitura na semana que vem. Então, se fosse possível, gostaria que ficasse para quinta-feira que vem.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde a todos, eu acho que antes de entrarmos na Ordem do Dia, teríamos o período de Comunicações e as manifestações em comunicação de líder, que há muito tempo temos adiado esse espaço. Temos feito, quando dá, às segundas-feiras, então eu acho que nós teríamos que entrar nisso e cumprir as determinações que a gente sempre estabeleceu, das priorizações. Se houver, depois, espaço para isso, nós podemos entrar em algum tema que alguém ache que seja imprescindível que comece a se discutir hoje, mas eu acho que tínhamos que priorizar o período de Comunicações e as manifestações em comunicação de líder, até porque nós estamos vivendo um novo momento na cidade, desde terça-feira, então eu acho que seria importante priorizar esses dois períodos.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Se não houver priorização, eu gostaria de me inscrever para falar em liderança pelo PT.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não estava previsto no dia de hoje o período de Comunicações, mas as votações na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Um esclarecimento, Presidente. Na verdade, o art. 5º da resolução que trata do SDR estabelece que a sessão terá três partes: comunicações de líder, Comunicações – nos termos do art. 180 do Regimento – e Ordem do Dia. Então, não havendo Ordem do Dia, permanecem as Comunicações e obviamente a liderança.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Minha saudação a todos e todas. Presidente Pujol, acho que nós estamos dando conta de um conjunto de questões: tivemos duas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça esta semana; estamos dando conta de todos os projetos, como já foi dito aqui, e há sete possíveis de serem votados, se os autores não priorizarem – evidentemente, é um direito que lhes cabe. Quanto a mim, eu queria só estranhar o que eu já coloquei na Comissão de Constituição e Justiça, essa intempestividade, no meu modo de ver, de pedido para votação do chamado mobiliário urbano por parte da administração pública municipal. Eu fui verificar o projeto; ele é longo, eu pude fazê-lo, porque eu fui relator da Comissão Especial de 12 vereadores que discutiu o mobiliário urbano à exaustão, com a presença sempre de secretários municipais, da Prefeitura Municipal. Foi feito um grande acordo em cima daquele texto, houve dois minivetos – minivetos! – da administração na época, que nós aceitamos, e, portanto, há uma lei em vigor, e nós fomos surpreendidos que em quatro pontos essenciais há embutidos elementos que não têm nada a ver com o mobiliário urbano; têm a ver em alguma porção, em alguma parte, com a lei da poluição visual, como alguns chamam, ou a lei da publicidade ao ar livre. Há, inclusive, uma incursão na questão de publicidade privada; portanto, está fora do escopo do *caput* do artigo do projeto que fala em mobiliário urbano que não tem nada a ver com qualquer tipo ou padrão de colocação de publicidade – isso está completamente equivocado, acho que houve um atropelo. Eu coloquei isso na Comissão de Constituição e Justiça, que, por bem, hoje, com aceitação do líder do governo, retirou, pediu suspensão provisória, para que se analisasse na semana que vem. Eu peço análise da Mesa Diretora junto com a CCJ, pois parece que há uma prejudicialidade desse projeto de lei; portanto, peço que seja retirado de circulação dentro do Sistema de Decisão Remota – SDE. Então, essa é a minha solicitação. Eu fiz um óbice pelo SEI, dirigido ao Presidente, à Mesa Diretora, às lideranças, aos 36 vereadores, me incluindo; se não for assim, eu farei um expediente específico, solicitando à Mesa Diretora uma reanálise da circulação e análise desse projeto de lei. Acho equivocadíssimo, uma afronta, um desrespeito pelo que nós já

fizemos. E, se há problema de constitucionalidade, isso deveria ter sido colocado para nós; na minha opinião, isso não está na pauta, não está na Ordem do Dia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas, Presidente Pujol, Diretor Luiz Afonso, eu quero manifestar aqui a minha surpresa e a minha tristeza pelo ocorrido na Câmara Municipal da capital do Rio Grande do Sul: tivemos conhecimento de um projeto protocolado em regime de urgência na tarde de ontem, chegando na CCJ para análise se há óbice ou não. Eu, desde o início, sabia que esse projeto não poderia, em hipótese alguma, ser votado, porque há uma resolução nesta Casa dizendo que só podemos votar projetos que tenham a ver com o advento da pandemia, causada pelo novo coronavírus. Imediatamente, entrei em contato com a minha bancada, com o Ver. Cassiá Carpes, que é líder, com o Ver. João Carlos Nedel – nos assessoramos juridicamente. Este projeto, como já bem disse meu colega Adeli Sell, nada tem a ver, sem contar que essa lei de agora trata do mobiliário urbano, e lá pelas tantas prejudica, entra numa mídia privada, uma confusão danada, mas não vou nem entrar no mérito desta questão. O que quero deixar aqui é a minha manifestação contrária ao ocorrido nesta Câmara: entrou um projeto, no afogadilho, do Executivo, que não poderia, de forma alguma, tramitar, uma tentativa de votação na tarde de hoje, porque existe uma resolução nesta Casa que deve ser respeitada. Eu queria aqui fazer esta manifestação, seguindo a linha do meu colega, aproveitando essa pauta, já no início da sessão.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Antes de ceder a palavra ao próximo inscrito, gostaria de esclarecer à liderança do Progressista que esta matéria não consta na relação dos projetos que estão elencados em condições de votação no dia de hoje, nem poderia ser diferente, porque ele não tem a análise concluída na Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, nesse particular, a senhora já está plenamente atendida: não será objeto de análise nesta data, porque não está em condições para tanto.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Casa, eu quero dizer que a cidade está tentando voltar ao normal, mas, andando pela cidade, a gente vê coisas que eram para virar uma rotina da população e não viraram. Então, eu queria sugerir ao Presidente, à Mesa Diretora e à Câmara para que fizesse uma campanha na imprensa, talvez um *outdoor*, ou colocar nos

jornais informações de que as pessoas têm que usar máscaras e o álcool gel, porque, senão, nós vamos começar a competir com São Paulo. Andando pela cidade, a gente vê as pessoas usando a máscara no ouvido, e não é para ser assim, porque isso é uma questão de segurança. Se nós não cuidarmos, está começando a chover agora, friagem, umidade, a coisa é séria, é só ver os números dos países, como os Estados Unidos, os números da própria cidade de São Paulo. Então, eu acho que a Câmara poderia fazer isso muito bem.

Eu não vi se o Ver. Cassio Trogildo está na reunião, ou o Ver. Mendes Ribeiro, são presidentes da CCJ, eu não queria falar aqui em nome da Comissão, mas quero falar em coisas que hoje nós discutimos, como esse projeto do mobiliário. Realmente, havia dúvidas se esse projeto poderia ou não ser discutido na CCJ, em função do que já foi dito aqui na resolução que nós temos, de só discutir projetos do Executivo e do Legislativo vinculados à pandemia. Analisamos o projeto e vimos que ele está vinculado à pandemia. Vários projetos entraram nesta Casa dos colegas vereadores prevendo isenções, eu mesmo apresentei um projeto na questão das taxas dos taxistas e vários outros projetos que foram apresentados retirando recursos dos cofres municipais. E esse projeto do mobiliário vem com o intuito de não ser recurso do governo estadual, do governo federal, de não ser recursos que venham do IPTU, ou de qualquer outro imposto, ele está abrindo uma receita para o Município de Porto Alegre neste momento que se precisa de recursos, de dinheiro. Está abrindo uma receita considerável, uma receita que botará milhões nos cofres do Município que nós poderemos usar para as demandas que a gente tem encaminhado para área da saúde, principalmente, de combate à pandemia. Já tem vários contratos que estavam funcionando, já estavam em prazo de começarem a ser executados. Então nós analisamos esse projeto e vimos que teria possibilidade de votar, já até tínhamos colhido um ou dois votos, se eu não me engano, uns dois ou três votos na CCJ, e por falta de quórum, se eu não me engano, ficou para semana que vem. Agora, esse projeto preencheu os quesitos da pandemia, mas tem uma preocupação que eu mesmo levantei na CCJ que, em muitos projetos, nós estamos usando o Covid-19 para agilizar a votação dos nossos projetos, ele aparece lá no meio do projeto: Covid-19. Então, nós tomamos esse cuidado – tem mais membros da CCJ aqui – de analisar e ver que realmente na justificativa do projeto, na apresentação do projeto está muito vinculado à pandemia em função do que injetaria de recursos os cofres públicos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Informo ao Ver. Cláudio Janta e, através dele, à Casa, até atendendo solicitações que foram feitas nas nossas últimas reuniões, nós providenciamos alteração do *layout* do nosso painel existente na parte fronteira da Câmara Municipal, e desde ontem, Ver. Janta e demais vereadores, já consta a seguinte inscrição: “Seja consciente, cuide de sua saúde, use a máscara”. Me parece que, em grande parte, é o objetivo da sua proposta, vereador, que nós achamos meritória e vamos tentar outro mecanismo dessa ordem para reproduzir esse nosso apelo

em outros tantos *outdoors*; não obstante, é óbvio que vamos tentar contatar com a AGEPAL nesse sentido.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente; boa tarde senhoras e senhores vereadores; público que nos acompanha pela TVCâmara, primeiro uma grande saudação e dizer que fizemos, em 24 horas, duas reuniões na Comissão de Constituição e Justiça. São diversos projetos que lá estão chegando, nós somos sete vereadores, cada vereador tem tido dois, três, quatro projetos para poder exarar pareceres. Estamos nos esforçando para poder cumprir a resolução que está nos norteando nesse período de pandemia, mas logicamente que os prazos sempre são muito exíguos. A Comissão de Constituição e Justiça tem analisado todos os óbices jurídicos, inclusive muitos têm sido apontados e muitos pareceres têm sido pela existência de óbices ou óbices constitucionais ou óbices de prejudicialidade por matérias que já tenham sido apreciadas ou óbices de não ter referência direta com a questão da pandemia. Isso hoje foi matéria de debate na Comissão de Constituição e Justiça, os sete vereadores estavam presentes, tivemos momentos em que um ou outro vereador, de uma forma mais exacerbada, colocou posições mais agudas, mais contundentes, mas, afinal, nós chegamos a bom termo lá na Comissão. Esse assunto que não tínhamos a convicção, o próprio governo teve a sensibilidade de pedir para que fosse sustada a avaliação desse projeto que diz respeito ao mobiliário urbano, que fui o relator, relatório este que ainda não foi completamente terminado de votar, votei pela inexistência de óbice porque eu entendi que as justificativas elencadas ali no projeto tinham relação com a pandemia e com o Covid-19. Mas se a maioria da Comissão de Constituição e Justiça entender que não tem, o parecer não será aprovado, será redistribuído para outro vereador que tem posição contrária e, no final e ao cabo – Ver. Márcio Bins Ely, que está aqui me ouvindo, sabe de quem é essa frase –, quem decidirá se tiver parecer favorável pela tramitação, será o plenário. Eu acho que nós precisamos tentar manter um pouco a serenidade, parece que tudo que acontece, por estarmos num período de excepcionalidade, é algo que está fora do normal, fora do corriqueiro, extremamente, se tentando aprovar coisas que não estariam de acordo. Eu não vejo assim, a Câmara está cumprindo o seu papel, a Comissão de Constituição e Justiça, pelo seu papel, pela sua finalidade, está sendo a mais demandada neste momento, e, como eu digo, escusas já antecipadas se algum equívoco lá for cometido, individualmente por mim ou pelo conjunto da Comissão. Agora, sempre terá o plenário para fazer as correções que é a estrutura e o fórum soberano do parlamento da cidade de Porto Alegre. Então nós sustamos este projeto em especial, mas nós avaliamos outros, se eu não me engano, sete ou oito projetos, sete ou oito pareceres, hoje, e ontem sete pareceres. Inclusive dois que foram rejeitados ontem, os relatórios já foram distribuídos e já foram reavaliados. Então, estamos tentando, dentro da anormalidade, poder ter todas as avaliações com serenidade, muitas vezes com um pouco de celeridade, o que atrapalha um pouco a melhor avaliação, mas tentando sempre fazer as correções. E volto a dizer, neste caso específico do projeto do mobiliário urbano, acho que tivemos, na Comissão de

Constituição e Justiça, mais uma vez uma atitude de soberania, mas, acima de tudo, de maturidade. Há o entendimento de que precisávamos mais um pouco de tempo para avaliar, então ficou postergado para a próxima reunião que será na terça-feira que vem. Fiz questão de fazer esses esclarecimentos aqui em nome da Comissão de Constituição e Justiça porque estamos todos nos esforçando para fazer o melhor trabalho. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Alvoní Medina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, público que acompanha pela TVCâmara esta reunião virtual, começo me manifestando apesar de o momento difícil e complicado que vivemos, iniciamos uma semana com entusiasmo e otimismo. Entusiasmo porque temos, na nossa cidade de Porto Alegre, uma pandemia totalmente controlada pela equipe de saúde do nosso Município. Coisa boa ver que o nosso Estado e o nosso Município estão preparados para as piores crises sanitárias e de saúde pública que possamos enfrentar. E graças a essa preparação, cuidado e competência na gestão pública da Saúde, tivemos a felicidade de poder ver, ao meu ver, um pouco demorado, mas finalmente um decreto com a abertura gradativa das atividades econômicas. Isso é muito importante, muito essencial para a economia da nossa cidade. A reabertura de forma gradual, gradativa da nossa economia vai fazer com que nós não tenhamos uma crise tão forte ali na frente, porque saibamos que estamos enfrentando uma crise sanitária, uma crise social, uma crise econômica, e, com certeza, através de todas essas crises virá a crise da criminalidade e da segurança pública, em que as pessoas sem recursos, sem dinheiro para pagar suas contas no final do mês, sem poder comprar seus alimentos para alimentar suas famílias, com certeza haveria um aumento da criminalidade. E que bom que a gente está podendo ter essa diferença de outros Estados, e poder abrir, gradativamente, a economia da nossa cidade. Mas aqui vale lembrar que isso nos coloca uma responsabilidade nos ombros, e nós temos que estar atentos, cuidando da nossa cidade, cuidando daqueles que estão à frente das atividades econômicas para que realmente sigam os protocolos de segurança, de higiene, para que a gente possa voltar à normalidade o mais breve possível.

A semana começou com muito otimismo, com muito entusiasmo, isso mostrou que nós, vereadores, quando fizemos o projeto de lei sobre a abertura gradativa, não estávamos tão errados. Posso aqui, na minha humildade de sempre, admitir que, às vezes, na ânsia de querer ajudar, talvez a gente possa ter tido um

descuido de engessar o Executivo num momento em que a pandemia pudesse se alastrar, aumentar e ter que ser corrigido por projeto de lei, o qual traria dificuldade ao Executivo. Mas, enfim, que bom que passou, que bom que a abertura gradativa está aí, e que bom que nós tenhamos a abertura, num todo, das nossas atividades econômicas. Nós sabemos que é pouco, porque tem muitas atividades que ainda vão ter problemas, em muitas atividades ainda será muito difícil a abertura pelo certo rigor e pelos protocolos, mas é o início. É o início para que a gente possa chegar onde a gente quiser: uma cidade aberta, as pessoas com liberdade de ir e vir, podendo fomentar a economia da cidade, e com isso gerando recursos, gerando emprego, gerando renda, gerando desenvolvimento tanto econômico, quanto social, que é muito importante, porque o desenvolvimento econômico traz o desenvolvimento social para a nossa cidade de Porto Alegre.

Era isso, Sr. Presidente, colegas. Uma boa tarde de trabalho para nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a contribuição de Vossa Excelência.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Presidente. Eu apenas queria me manifestar porque falaram o Adeli, o Cassio e o Janta a respeito da questão envolvendo a Comissão de Constituição e Justiça. Hoje de manhã a gente traz aqui a impressão, corroborando com o entendimento não somente do Adeli, mas também... Não vamos aqui estar nominando as opiniões da CCJ, mas há algumas opiniões divergentes ao encaminhamento de que o projeto do mobiliário urbano pudesse, digamos assim, ser classificado como uma urgência e englobado na questão da tramitação dos projetos afetos às questões do coronavírus. Então essa foi uma pauta, e a gente sabe que no projeto de lei do Executivo, que diz respeito ao mobiliário urbano, não tem como ser apontada a existência de óbice, porque é de competência do Executivo, do prefeito, legislar sobre a mobilidade urbana. Mas como é um tema que envolve aspectos relevantes e importantes para o conjunto da cidade, talvez nós pudessemos verificar, junto à DL, questões que poderão ser suscitadas com relação ao pedido de urgência do Executivo durante o período de pandemia. Então, acho que foi oportuno e importante nós suscitarmos a reflexão sobre essa questão, porque, realmente, digamos assim, a CCJ acaba fazendo encaminhamentos de prejudicialidade, e, quando aparece uma prejudicialidade, vota-se pela existência de óbice. Se houvesse o entendimento por alguns de que o projeto do mobiliário urbano não diz respeito, digamos assim, àquilo que deve ser englobado pela agilidade da tramitação, em tempos de Covid, que nós não tivéssemos um parecer pela existência óbice, porque não tem óbice. Ele é um projeto de natureza do Executivo, até porque o projeto de lei que foi organizado pela Comissão.... Eu participei da Comissão com o Ver. Carús, com o Ver.

Adeli e outros, quando fizemos o projeto de lei, para o qual foi apontado óbice pelo Judiciário e suscitado óbice pelo Ministério Público, invocando que não haveria competência do Legislativo para legislar sobre mobiliário urbano. Então, mais ainda reafirmada a competência do Executivo. Apenas para contextualizar, porque, também, estamos num período em que não se concede vista, é uma tramitação expressa, em função da pandemia, da urgência, da necessidade de uma resposta às questões importantes que dizem respeito à vida das pessoas. Então, fica, também, a nossa reflexão e opinião – por aquele que hoje tem a competência de representar o PDT e o nosso coletivo junto às decisões da CCJ – a título de esclarecimento, para que não parem dúvidas do nosso entendimento, reafirmando que entendemos que o mobiliário urbano já foi extensamente debatido e foi inclusive pauta de uma comissão especial, temos comissões específicas, e, tenho certeza, a opinião de vereadores e emendas poderão contribuir com esse projeto, para que ele possa, pelo, menos, em 45 dias, contar com a opinião e as contribuições dos vereadores, porque, tenho certeza, que ele não deve ser *ipsis litteris* aquilo que foi proposto por nós num primeiro momento. E veremos como a gente pode aperfeiçoar, para o bem da cidade, essa pauta que é tão importante, que é relevante, que diz respeito às questões de impacto visual, de poluição visual. Sabemos que tem uma opinião muito forte do Ver. Idenir Cecchim contrário aos *outdoors*. Então, precisamos ver como é que podemos fazer para amadurecer esse tema. Pela atenção, agradeço. Obrigado pela oportunidade.

(Não revisado pelo orador.).

SR. LUIZ AFONSO DE MELOS PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, minha assessoria acaba de me lembrar que, pelo art. 5º, II, da nossa Resolução, no período de Comunicações, é vedada a cedência do tempo. Lamentavelmente, não poderemos, Ver. Cassiá, atendê-lo.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Lamento não poder atender a vontade do Ver. Alvoni Medina e, ao mesmo tempo, ouvir o Ver. Cassiá Carpes.

SR. LUIZ AFONSO DE MELOS PERES (Diretor Legislativo): Temos o pedido de liderança do Ver. Aldacir Oliboni.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente e os colegas vereadores e vereadoras, gostaria de me manifestar sobre dois temas, dois aspectos. Primeiro com relação aos projetos que estavam tramitando na CCJ. Grande parte dos projetos que estavam ou estão lá se referem ao coronavírus, e achei muito estranho, pois nós tínhamos algumas iniciativas que, pelo que estou sabendo, serão

arquivadas. Lamentavelmente, um projeto sobre transparência das informações sobre o coronavírus, os senhores e senhoras acham que deve ser arquivado? Numa situação em que, ao menos em todas as manifestações que nós tivemos, tanto com o Secretário da Fazenda quanto com o Secretário da Saúde, os dados não estavam sendo encontrados, enfim, as informações do Executivo não vinham e nós não estamos sabendo para onde estão sendo destinados os recursos que estão vindo do governo federal e estadual. Pedir transparência não é legal? Eu fico triste às vezes porque me parece que há uma certa perseguição de iniciativa de alguns vereadores; se não for isso, retiro o que eu falei. Vamos valorizar os mandatos. Eu creio que os mandatos têm a prerrogativa de apresentar projetos de lei que serão aprovados, se o conjunto da maioria concordar. Se não nós temos que entender que isso é da vida, é da política. Por outro lado, quero dizer que alguns vereadores, alguns políticos louvam a flexibilização dos serviços de uma forma geral, mas não controlada. Nós não somos contra a flexibilização, desde que seja feita de forma controlada e com cautela. Ou os senhores acham que os ônibus superlotados em Porto Alegre, como está acontecendo de ontem para hoje, é algo com cautela? Não é! Onde está aí a fiscalização do poder público municipal? Os senhores acham que os cortes do governo municipal com relação aos convênios, aos contratos na área da assistência, na área da saúde, na educação são legais? Centenas de empresas terceirizadas não estão recebendo os salários em dia e as pessoas estão mais que indignadas. Tem que haver um fórum para receber essas entidades, porque aquele estabelecido somente condiciona o que o governo federal preconiza através da medida provisória. O governo municipal tem que entender que na atual situação em que vivemos a principal ferramenta é o diálogo, coisa que ele não tem, pois o governo não recebe as entidades, a sociedade, a Câmara de Vereadores. Parece que, quanto mais distante a Câmara, melhor para o governo municipal. Parece que tem governos que não gostam da oposição. Nós vivemos anos com a oposição e soubemos entender, valorizar. Parece-me que agora a oposição, quando apresenta um projeto de lei, é inimiga. Eu não tinha visto ainda, em 20 anos de mandato, tem gente que chegou ontem e acha que isso está correto. Meu Deus do céu, Presidente, a Câmara tem que reavaliar isso! Agora, imaginar que esse projeto ora citado pelo Ver. Adeli, que mostra claramente a sua indignação, que trata do coronavírus, por favor, por favor, vamos votar os projetos que dialogam com a pandemia no momento, caso não seja assim, não tem sentido estarmos virtualmente votando. Por isso, peço escusas até pela minha indignação, mas acho que o poder público tem que ter mais controle sobre o que faz. Olhem a orla do Guaíba como estava. Está legal assim? O que pode acontecer daqui a dez dias? Daqui a 15 dias? O poder público está oferecendo leitos adequados, leitos suficientes? Onde está a testagem que ia fazer pelo menos naqueles que estão com sintomas? Eu não vi ainda. E a população aguarda. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente, Mesa, diretor Luiz Afonso, como eu comentei aqui no WhatsApp, eu abro mão da fala.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Vereador.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, na verdade, eu quero trazer algumas pautas que nós sabemos que estão acontecendo no nosso dia a dia, que a gente ouviu falar, mas que eu julgo importante serem trazidas neste período de Comunicações. Uma delas é com relação a esse projeto que eu apresentei da reabertura das escolas privadas infantis. Eu bato muito nessa tecla e agora mais ainda em função de que muitos comércios estão retornando às atividades de forma gradual, de forma parcial, estão retornando, muitas atividades estão voltando, e nós temos a necessidade da reabertura parcial dessas escolinhas infantis, porque essas crianças estão ficando em “cuida-se”, que são locais informais, locais que não pagam impostos e que estão ficando com as crianças dos trabalhadores, pois eles não têm onde deixar seus filhos. Isso é muito sério, gente, só ontem eu recebi mais de 15 denúncias de “cuida-se” que estão funcionando, encaminhei todos para o secretário de educação, e eu espero que ele encaminhe para a fiscalização, se possível. Mas são muitos “cuida-se” que estão com as nossas crianças, e aí as pessoas não querem a reabertura parcial das escolas, os diretores não têm nenhum tipo de apoio do governo, só os professores e os funcionários que puderam se inscrever nos programas do governo, mas como ficam essas instituições que trabalham com essas crianças, que conhecem as crianças há tantos anos, que acompanham desde o nascimento até os seis anos de idade? Como essas pessoas se mantêm? Nós temos que ter um olhar, uma ponderação para isso, isso é um assunto muito sério, visto que estão reabrindo diversos tipos de atividades. Então eu volto a bater nessa tecla porque eu acho muito importante, nós temos que ter um olhar com relação a isso. Também falando da reabertura dos comércios e de outros locais, eu quero falar sobre as linhas de ônibus que foram suspensas, que foram retiradas, pois que os trabalhadores precisam que elas estejam ativas para que eles possam ir para os locais de trabalho. Foram reduzidas várias linhas, e elas precisam ser imediatamente reativadas, pois esses serviços essenciais estão retornando e as pessoas que utilizam o transporte público precisam deste acesso. Quero deixar aqui essa reivindicação para que os responsáveis, o líder do governo leve isso para nosso prefeito, porque eu acho que é muito importante rever essas linhas e reativá-las. Também quero falar com relação ao vale-alimentação dos trabalhadores do IMESF. É uma coisa que a gente bate muito, mas é muito triste o que está acontecendo, porque esses trabalhadores estão trabalhando, o contrato desses trabalhadores prevê o direito ao vale-alimentação e eles não estão recebendo o vale-alimentação. São R\$ 410,00 que fazem muita falta e muita necessidade para essas famílias. Também gostaria que

tivéssemos um olhar para isso porque é realmente muito triste. A gente tem ajudado algumas famílias de agentes comunitários, agentes de endemias, mas isso é um direito adquirido dessas pessoas, elas têm que receber seus vales-alimentação. Com relação ao meu projeto da transparência, que foi rejeitado na CCJ, foi redistribuído, eu quero dizer que esse projeto foi apresentado antes da resolução que dava um caráter terminativo para a CCJ. Então eu gostaria que tivesse um olhar para esse projeto da transparência porque ele não entra nessa nova normativa, ele deveria, sim, ir para plenário. Era isso que eu gostaria de deixar claro aqui para todos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Sr. Presidente, boa tarde a todos, antes de mais nada, quero esclarecer ao Ver. Oliboni que fez algumas ilações aqui dizendo que haveria perseguição na CCJ com relação a projetos da oposição. Eu quero lhe dizer que hoje pela manhã, na análise de um projeto, eu votei pela inexistência de óbice num projeto do vereador Roberto Robaina, que é da oposição. O que aconteceu no projeto de transparência este, como aconteceu em outros projetos, eu quero ser muito claro aqui, porque a mesma situação se deu com outro projeto que foi hoje rejeitado na CCJ, que era o projeto da abertura das igrejas e templos. Uma proposição que é tudo, menos da oposição, e que teve o mesmo destino que o seu projeto. Tudo menos da oposição, tem como autores: o Ver. Wambert, o Ver. Cláudio Conceição, o Ver. João Carlos Nedel, o Ver. Alvoni Medina e o Ver. José Freitas. O que aconteceu? Mesmo com o mérito favorável, nós já havíamos votado matéria idêntica no projeto de lei, que tenho aqui, já vou lhe dizer, o PLL nº 046/20, que era um projeto de transparência também e que foi aprovado pela Casa, e V. Exa. votou contra. Era um projeto de transparência, agora V. Exa. faz um discurso de como ser contra a transparência na crise, mas não emendou aquele projeto para retirar a parte que não lhe agradava, simplesmente votou contra, e era um projeto de transparência. E o que a CCJ decidiu não é que seja inconstitucional a transparência, é que há um óbice jurídico, porque a matéria já foi votada. Eu, inclusive, me compadeço e nas questões de transparência me somo. Ver.^a Cláudia, nós temos entendimento de que os projetos que tramitavam antes da aprovação da resolução a ela não se lhes aplica. A esses projetos não se aplica a resolução. Isso foi debatido entre nós. Acho que o Diretor Luiz Afonso pode esclarecer. Mas, Ver. Aldacir Oliboni, com todo respeito, V. Exa. fez projetos repetitivos de matérias que já haviam sido aprovadas e analisadas no plenário. Uma delas é das máscaras, e, depois, porque, já havia sido. E o nosso Regimento, art. 109 e art.195, não permite analisar duas vezes a mesma matéria. E V. Exa. saiu alardeando que a Câmara tinha rejeitado o projeto. Mas, ora, não podemos votar duas vezes a mesma matéria no mesmo ano, é o que diz o Regimento. Vossa Excelência disse que tem muitos anos de Casa, pois devo lhe dizer que antiguidade não é posto. Todos os

vereadores são iguais aqui. Vossa Excelência, que tantos mandatos tenha quantos o povo lhe entregar, todos os vereadores aqui são iguais. Do suplente, que assume temporariamente, ao mais experiente da Casa, na CCJ cada Vereador tem um voto também. E a matéria é a matéria que está sendo discutida neste caso e em outros, não é a inconstitucionalidade do objeto, é a existência de um óbice regimental que a CCJ também tem que se manifestar.

Vou concluir, a CCJ não aponta só a inconstitucionalidade do mérito do projeto, ela tem que apontar se, de acordo com o Regimento, o projeto pode ser votado. E no caso que V. Exa. suscita, como em outros, a matéria não pode ser discutida duas vezes em plenário. É só isso, não é uma condenação do mérito e, seguramente, não é uma perseguição com a oposição. Não é a tradição da Câmara, não é a tradição da CCJ e não é o que está sendo apresentado. Tenho certeza de que quando o Partido dos Trabalhadores, partido de V. Exa., tinha 14 dos 36 vereadores, demonstrava muito carinho com as minorias, como se faz hoje nesta Câmara de Vereadores. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; cumprimento todos os meus colegas vereadores e vereadoras e todos aqueles que nos acompanham nesse debate. Quero fazer aqui a minha fala em dois momentos: um sobre a conjuntura relacionada à pandemia e outro sobre a conjuntura relacionada ao papel político da Câmara. O primeiro, Sr. Presidente, é que o governo municipal adotou um conjunto de medidas que consideramos autoritário, inclusive esta Câmara aprovou essa posição no momento em que aprovou moções de repúdio à quebra dos convênios com as escolas de educação infantil, com as entidades de assistência social e com a carência dos equipamentos para a saúde. Nós aprovamos na Câmara, e o senhor já coordenou a publicação, na última sexta-feira, o decreto legislativo que suspende os artigos 65 e 69 do decreto do prefeito do dia 31 de março, ou seja, que ele não pode revogar os convênios com as entidades de educação infantil e as entidades de assistência social. O prefeito não está cumprindo isso e não está pagando essas entidades para manter as suas estruturas. Ontem realizei uma grande reunião virtual com a rede de assistência social da Restinga e da 161 – região Extremo-Sul -, e gostaria de transmitir aqui aos senhores o seguinte: primeiro, nessa região, Restinga/Extremo-Sul, 75% dos moradores recebem só até um salário mínimo – e aqui não estou quantificando os desempregados. Ela é uma região, por excelência, carente, pobre, e os CRAS das regiões não têm estrutura, não recebem nenhuma cesta básica para distribuir,

não recebem mais o suporte corriqueiro para dar a estas famílias, pois triplicou a demanda em relação à assistência social. A periferia está literalmente abandonada no que diz respeito à atuação do poder público municipal no campo da assistência social. Quero registrar isso aqui e pedir a V. Exa. que interceda para que o prefeito pague os convênios que autoritariamente ele decretou a suspensão – e que a Câmara já revogou.

O segundo ponto é que eu gostaria de dizer aqui, com muita tranquilidade e muito carinho, a todos os meus colegas vereadores, que esta é uma Casa política, mas o que está acontecendo neste momento, Ver. Reginaldo Pujol, sob a sua gestão, é que se está apequenando politicamente a Câmara; essas posturas que a CCJ vem adotando não estão corretas. Nós estamos trazendo isso a público não é de hoje, é de muito tempo que tem dois pesos e duas medidas, e a oposição, sim, vem sendo perseguida nos últimos períodos, tanto é que nesta legislatura se quebrou um acordo de mais de 30 anos e se alijou a oposição de estar compondo a Mesa, de estar compondo as Comissões, como é seu direito. Isso continua em curso, e o exemplo é essa postura – eu não quero usar aqui nenhuma palavra que venha a desqualificar a nossa Câmara -, no mínimo, oportunista, equivocada, de querer votar o mobiliário urbano, que todos sabem que é para favorecer um conjunto de empresas estrangeiras em detrimento das nossas empresas locais, votar num momento de pandemia, sem discussão, que nós não possamos analisar. Inclusive, a comissão que foi feita a partir da Câmara propôs um projeto de lei. Ver. Ricardo, com todo respeito que eu tenho pelo senhor, pelo Cassio, pelo Janta e pelos demais, não dá para continuar com essa postura. Eu gostaria, Sr. Presidente, que o senhor estabelecesse um diálogo entre a oposição e a situação – o senhor é o nosso líder, é o nosso Presidente –, porque nós estamos trazendo isso em todas as questões. Disputa política é legítima; agora, quando tem um aparte que fala que a democracia interna está sendo quebrada e que os direitos legais que temos não estão sendo levados em consideração, no mínimo, nós deveríamos tratar isso como sempre tratamos.

É verdade, Ricardo Gomes, quando o Partido dos Trabalhadores governou, por 16 anos, caíram os vereadores Reginaldo Pujol, Paulo Brum, Nedel, João Bosco Vaz e outros que estavam naquele momento; mas eles todos eram recebidos pelos secretários e pelo prefeito – tinha um destacado da Prefeitura que ia à Câmara para fazer o papel diário do relacionamento e tudo mais. Hoje, o prefeito não recebe nenhum, nem os da base do seu governo, muito menos os da oposição. Para concluir, Sr. Presidente, esta é a situação. Creio que nós precisamos elevar o papel, o tom e a qualidade política da Câmara.

Por último, uma sugestão. Houve o pedido para que a Câmara tenha mais comunicação com as comunidades. Por que não a Câmara colocar um conjunto de carros de som andando pela periferia, que é onde as pessoas estão mais descuidadas, fazendo um conjunto de aconselhamentos, divulgando situações reais de proteção, entre outros? Deixo isso como uma sugestão ao Sr. Presidente e aos colegas da Mesa para ser analisada. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Respeito a sua colocação, especialmente quando diz que o discurso político é legítimo. Eu acho que é de uma legitimidade absoluta. Tudo é verdade, tudo é mentira, depende do espelho em que a gente olha.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores, eu gostaria de agradecer aos meus colegas de bancada pela oportunidade de falar em tempo de liderança pelo nosso partido, o PSOL, e gostaria de fazer algumas ponderações para o momento. A primeira delas: eu estava conversando com outros vereadores e fui lembrado, inclusive, da questão da promessa de um tal cartão que seria distribuído para as famílias de baixa renda para que pudessem adquirir gêneros alimentícios. Eu propus um projeto de lei para que a Prefeitura utilizasse os recursos do PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Inclusive, o governo federal já liberou a utilização dessa verba para retorno ou para encaminhamento do dinheiro para as famílias, para que os pais e as mães possam alimentar as crianças neste período em que elas não estão frequentando a sala de aula, justamente por conta da suspensão das atividades escolares. O PNAE direciona recursos para as escolas para que as crianças possam se alimentar durante os seus turnos de estudo; agora, a Prefeitura está fazendo caixa com esse dinheiro. Em abril – somente no mês de abril –, foi R\$ 1,9 milhão para os cofres da Prefeitura. Esses recursos não estão sendo direcionados para quem realmente precisa, que é essa criançada, que são os pequenos que precisam se alimentar. As famílias estão passando fome. O prefeito e alguns dos seus seguidores e apoiadores dizem que as famílias estão passando fome porque não podem trabalhar; justamente, não podem trabalhar, mas é obrigação, é dever do gestor, do prefeito municipal e da sua equipe utilizar os recursos existentes para minimizar o sofrimento dessas famílias. Isso não tem sido feito. Na contramão do bom senso também a prefeitura suspende boa parte dos contratos que existiam com a Multiclin – empresa que presta serviços de faxina nas escolas e de merenda. Com a suspensão das aulas, a Prefeitura então alega que não vai mais precisar desses trabalhadores. São agora, milhares de pessoas desempregadas, buscando recursos do governo federal e boa parte desses recursos não é de fácil liberação. Portanto, a falta de sensibilidade desse governo deixa todos nós assustados, bastante assombrados. E para finalizar, um último assunto que eu gostaria de tocar é o projeto de lei sobre o mobiliário urbano. Senhoras e senhores, se não há especificidade dentro do projeto para utilização direcionada de recursos para o enfrentamento dessa crise da Saúde, se não prevê ali que o dinheiro será destinado para criação de leitos, para aquisição de testes rápidos, aquisição de respiradores artificiais, não é pertinente à Covid-19, diretamente; é um projeto para fazer caixa, é um projeto para arrecadação, não diretamente ao enfrentamento dessa crise na Saúde, e, portanto, não deveria ser votado dentro deste período ou pelo menos não dentro deste modo de tramitação acelerada, que nos permitem as reuniões virtuais e

as votações e tramitações aceleradas dos projetos de lei. Deixo este registro para contribuir com o debate nesta tarde de hoje. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço o pronunciamento de V. Exa. Feito o devido registro, damos por encerrados o período de Comunicações e a presente sessão, uma vez que não há matérias prioritizadas para esta sessão, segundo a nossa Diretoria Legislativa. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h24min.)

* * * * *